

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 7/2026

Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, **para Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, [Lei Complementar 123/2006](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n. 008, de 08 de janeiro de 2025](#), [Instrução Normativa SEGES nº 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), [Resolução CNJ nº 468/2022](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0023437-42.2025.8.23.8000.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 27/04/2026

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Código UASG: 925480

1. DO OBJETO

1.1. Formação de sistema de registro de preços para contratação de serviço de desafio cognitivo - CAPTCHA na modalidade software como serviço (Software as a Service - SaaS), para atender as necessidades do Poder Judiciário do estado de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante de **R\$ 594.780,00 (quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta reais)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- em processo de falência; e
- estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: salc@tjrr.jus.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para o grupo, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 2,00 (dois reais)**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os **licitantes** apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta

ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.15. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, via sistema compras.gov.br, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.15.1. De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

8.15.2. A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão Eletrônico**.

9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.2.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

11.4. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta :

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro; e
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital.

11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para o grupo.

11.7. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

11.8. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.1.2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato; e
- b. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.2. Qualificação Técnica

a) A licitante deverá comprovar ser parceira autorizada, por meio de declaração de parceria, a comercializar o Serviço de Desafio Cognitivo Virtual (CAPTCHA), bem como estar autorizada e credenciada pelo desenvolvedor, detentor da tecnologia ou provedor da solução, para prestar os serviços de manutenção, suporte e atualização, assim como informar os procedimentos a serem seguidos para abertura de chamados, durante toda a vigência contratual.

a1) A referida declaração tem por finalidade assegurar ao Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) que a licitante:

- 1. possui vínculo formal com o provedor da tecnologia utilizada;
- 2. detém acesso regular às APIs, recursos técnicos, atualizações e canais de suporte da solução ofertada;
- 3. está apta a prestar suporte técnico adequado, bem como garantir a continuidade e a estabilidade do serviço, mitigando riscos de interrupção ou indisponibilidade decorrentes de restrições de uso impostas pelo detentor da tecnologia.

a1.2) A exigência de vínculo com o desenvolvedor, detentor da tecnologia ou provedor da solução justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante possua autorização formal para comercialização, implantação e suporte técnico da solução, garantindo acesso a atualizações, correções de segurança e canais oficiais de atendimento, reduzindo riscos operacionais e de continuidade do serviço.

b) Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, a contento, serviços contínuos e compatíveis com o objeto descrito no item 2.3.1 do termo de referência, demonstrando capacidade do desenvolvedor, detentor da tecnologia ou provedor da solução quanto ao fornecimento de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) milhões de requisições anuais do Serviço de Desafio Cognitivo (CAPTCHA), equivalentes a 20% (vinte por cento) do volume total estimado neste instrumento.

b1) A exigência de comprovação de capacidade técnica em volume significativo justifica-se pela natureza crítica e pelo elevado volume transacional do serviço, que integra infraestrutura essencial ao ambiente judicial eletrônico, sendo necessária para assegurar continuidade operacional, desempenho adequado, segurança jurídica e estabilidade dos sistemas do Tribunal. A medida observa os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

b1.2) O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes especificações:

- 1. Identificação da pessoa jurídica emitente, incluindo nome e cargo do signatário;
- 2. Discriminação do serviço prestado;
- 3. Volume ou quantidade de serviços realizados;
- 4. Prazo contratual, com indicação da data de início dos serviços;
- 5. Caracterização do bom desempenho do licitante;
- 6. Outros dados característicos, se houver; e
- 7. Apresentação em papel timbrado da entidade emitente.

c) Não será admitida a soma de atestados para o atingimento do quantitativo mínimo de requisições. A vedação de somatório para o atestado se justifica face às peculiaridades envolvidas na prestação dos serviços pretendidos. A comprovação do atendimento a clientes distintos, que somados contenham o mesmo volume anual desejado pelo TJRR, não garante que a empresa licitante tenha a capacidade necessária para o atendimento e manutenção de um ambiente similar ao Tribunal em um único contrato.

c1) A vedação ao somatório de atestados justifica-se pela necessidade de comprovação de capacidade operativa e logística da licitante em lidar com picos de tráfego de grande magnitude em um único barramento, situação técnica que não se assemelha à prestação de múltiplos serviços de pequeno volume.

c1.2) Não serão admitidos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da licitante. Consideram-se pertencentes ao

mesmo grupo econômico as entidades que embora tendo, cada uma delas, personalidades jurídicas próprias, mantiverem, entre si, direta ou indiretamente, relação de controle (art. 1.098 do Código Civil), ou estiverem sob o controle, direção ou administração, direta ou indireta, de outra pessoa física ou jurídica em comum.

c1.3) (s) atestado(s) de capacidade poderá(ão) ser objeto(s) de diligência, a critério deste Tribunal de Justiça, para verificação de autenticidade de seu(s) conteúdo(s). Poderá ser solicitado da licitante a apresentação de documentos como, por exemplo, contratos, notas de empenho ou notas fiscais, etc.

c1.4) Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.3. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- c. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis; e
- d. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.4. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

12.6. A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

12.7. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:

12.7.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o licitante ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.7.2. Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante será intimada para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.7.3. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar a licitação.

12.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.9. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.10. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.10.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.13. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.14. Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.15. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.16. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

13. DA AMOSTRA

13.1. Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

14. DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.1.1. O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

- a. julgamento das propostas;
- b. classificação ou Desclassificação; e
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

14.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

14.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos

autos.

14.1.6. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.2. Caberá as licitantes, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

14.3. O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

15.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço para o grupo.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

16.2. As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

16.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.2. As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

16.2.3. Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.4. Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.4. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

16.5. A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

16.6. As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

17.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

17.3. Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.

17.4. As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

17.5. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

17.6. Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

17.7. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

17.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, prorrogáveis na forma da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 25 e art. 26 da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, juntamente com o Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV).

19.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

19.3. Por da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

19.4. Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

19.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Excepcionalmente, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: salc@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

20.2. Os documentos remetidos por meio do sistema compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

20.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

20.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

20.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

20.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

20.5. O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

20.6. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.8. Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.tjrr.jus.br (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

20.9. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.

20.10. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

20.11. A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.14. São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).

20.15. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Francineia de Sousa e Silva
Subsecretário de Aquisições, Licitações e Credenciamentos
Em exercício

Vicente de Paula Ramos Lemos
Técnico Judiciário

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15/2026

FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESAFIO COGNITIVO - CAPTCHA NA MODALIDADE SOFTWARE COMO SERVIÇO (SOFTWARE AS A SERVICE - SAAS) PARA ATENDER DEMANDA ESSENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar tais princípios em todas as suas ações, como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativas, quanto para os possíveis impactos que essas ações culminarão.

1.2. A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações. Assim, todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos ou contratar serviços, deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.

1.3. É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade de: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a formação de sistema de registro de preços para contratação de serviço de desafio cognitivo - CAPTCHA na modalidade software como serviço (Software as a Service - SaaS), para atender as necessidades do Poder Judiciário do estado de Roraima.

2.2. A contratação em tela trata-se de serviço contínuo, o qual de acordo com o inciso XV, do art. 6º da Lei nº. 14.133/2021 são serviços contratados pela Administração Pública para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Trata-se de serviço comum, aqueles cujo padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).

2.3. Da especificação do objeto

2.3.1. Em vista de atender as necessidades desta contratação, a solução deverá compreender os seguintes componentes:

- a. Serviço de desafio cognitivo (CAPTCHA) em pacote base de 5 milhões de requisições mensais pelo período de 12 meses.
- b. Serviço de desafio cognitivo (CAPTCHA) em pacotes adicionais de 1 milhão de requisições (sob demanda).

2.3.2. O objeto deverá ser executado conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, atendendo às seguintes especificações mínimas descritas abaixo:

2.3.2.1. Dos requisitos de fornecimento

- a. Disponibilizar a solução CAPTCHA na modalidade SaaS (Software as a Service), hospedada na nuvem do fabricante ou gerenciada pelo próprio fabricante;
- b. Garantir que todos os componentes da solução estejam em linha de produção do fabricante, não sendo aceitos itens com previsão de descontinuidade, *end-of-support* ou *end-of-life*;
- c. Garantir atualização tecnológica contínua durante a vigência do contrato;
- d. Incluir o Serviço de Suporte Técnico Especializado, compreendendo:
 - i. Reparar erros detectados na solução, garantindo seu pleno funcionamento seguro e contínuo;
 - ii. Prestar suporte à equipe de desenvolvimento do TJRR durante o processo de integração com aplicações internas;
 - iii. Notificar previamente sobre atualizações ou alterações da solução, com detalhamento das mudanças e fornecimento de suporte para adequação de sistemas existentes;
 - iv. Prestar suporte técnico remoto, preferencialmente em português do Brasil, incluindo atendimento via telefone, email, chat ou internet;
 - v. Promover treinamento em modo *hands-on*, fornecendo recursos práticos que possibilitem à equipe técnica do TJRR obter o conhecimento necessário ao pleno entendimento da solução, abrangendo sua instalação, configuração, operacionalização, parametrização e gerenciamento.

- e. Fornecer toda a documentação técnica em português do Brasil;

2.3.2.2. Dos requisitos técnicos e operacionais

- a. Suportar até 5 (cinco) milhões de requisições mensais, totalizando capacidade anual equivalente a 60 (sessenta) milhões de requisições.
- b. Assegurar tempo máximo de resposta para validação no backend inferior a 150 ms (cento e cinquenta milissegundos) ;
- c. Assegurar serviço escalável a fim de atender a um grande volume de solicitações por segundo;
- d. Garantir disponibilidade mínima mensal de 99,9%;
- e. Permitir configuração em modo oculto/invisível/passivo;
- f. Permitir configurações de acessibilidade;
- g. Permitir funcionamento baseado em escores/níveis de dificuldade, com no mínimo 3 (três) opções de níveis de configuração;
- h. Permitir configuração de localização automática ou via código;
- i. Suportar aplicativos web e dispositivos móveis (nativo ou via SDK);
- j. Manter compatibilidade com aplicações web desenvolvidas em JAVA 7 (JDK) e superior;
- k. Manter compatibilidade com aplicações web desenvolvidas em PHP 5 e superior;
- l. Assegurar funcionamento global, acessível além do Brasil;
- m. Implementar política de privacidade compatível com a LGPD;
- n. Disponibilizar relatórios mensais de uso (requisições) e disponibilidade da solução, em português do Brasil;
- o. Não utilizar CAPTCHA tradicional baseado em ofuscação de caracteres.

2.3.2.2.1. A métrica de tempo máximo de resposta de 150 ms (cento e cinquenta milissegundos), mencionada na alínea "b" deste item, foi estabelecida com base nos requisitos de desempenho dos sistemas institucionais do Tribunal, de modo a não comprometer a experiência do usuário e a performance das aplicações, considerando os parâmetros observados em testes de carga e nas condições operacionais atuais.

2.3.2.3. Dos requisitos de administração e monitoramento

- a. Permitir configuração de alertas;
- b. Permitir configuração, manutenção, auditoria e coleta de métricas de chaves via API ou outro meio;
- c. Permitir monitoração de status via API;
- d. Permitir configuração de chave por domínio;
- e. Fornecer console administrativo com estatísticas individuais por aplicação, incluindo:
 - i. Quantitativo de consultas;
 - ii. Eficiência do serviço anti-bot;
 - iii. Modos de operação utilizados;
- f. Permitir agrupamento de aplicativos web e móveis por categorias/contas, permitindo gestão por usuários distintos;
- g. Suportar controle de acesso via SAML/OAuth.

2.3.2.4. Dos requisitos de segurança da informação e privacidade

2.3.1.4.1. A CONTRATADA deverá assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações do TJRR, incluindo dados, sistemas, processos e artefatos, durante toda a execução do contrato. Para tanto:

a. Assinatura de Termo de Compromisso

a.1. A CONTRATADA assinará o **Termo de Compromisso com a Segurança da Informação do TJRR (ANEXO I)** , comprometendo-se a manter sigilo sobre:

- Todos os dados, informações, códigos-fonte, artefatos e quaisquer documentos a que tiver acesso;
- Assuntos de interesse do TJRR ou de terceiros obtidos em razão da execução do contrato;
- Documentação, procedimentos, configurações de hardware e software, políticas, processos de instalação, configuração e customizações de produtos;
- Implementação de mecanismos de criptografia e autenticação;
- Todas as informações obtidas durante a prestação de serviços, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

b. Restrições à divulgação

- É vedada a divulgação, reprodução ou uso das informações sem prévia autorização expressa do TJRR;
- A CONTRATADA não poderá transferir responsabilidades a terceiros (fabricantes, técnicos ou subcontratados) sem anuência do TJRR;
- Qualquer propaganda ou divulgação pública do contrato depende de autorização expressa do TJRR.

c. Testes, auditoria e controle

- A CONTRATADA deverá executar todos os testes de segurança definidos, seguindo boas práticas do setor;
- O TJRR poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias ou testes de segurança, inclusive com ferramentas específicas;
- Qualquer vulnerabilidade identificada ou descumprimento da Política de Segurança da Informação do TJRR deverá ser corrigida pela CONTRATADA;
- O acesso direto a sistemas, quando autorizado, deverá ocorrer preferencialmente em ambiente de homologação, com registros de auditoria.

d. Conformidade legal e regulatória

- A CONTRATADA deverá garantir a proteção de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, e estar alinhada com a Política de Segurança da Informação do TJRR;

- Todas as atividades devem observar as melhores práticas de governança, segurança e sigilo, assegurando responsabilidade civil, penal e administrativa em caso de descumprimento.

2.3.2.5. Dos requisitos de sustentabilidade, sociais, ambientais e culturais

- A solução deverá ser disponibilizada de forma eletrônica, minimizando o uso de mídias físicas e promovendo práticas sustentáveis, alinhadas à preservação ambiental.
- A solução, o suporte técnico e toda documentação associada — incluindo termos e condições de uso, manuais, guias operacionais e materiais de apoio — deverão estar em português do Brasil;
- Toda comunicação com usuários e interfaces do sistema devem ser disponibilizadas em português do Brasil;
- O acompanhamento e registro das chamadas de suporte também deverão ocorrer em português do Brasil, garantindo acessibilidade, clareza e atendimento adequado.

2.3.2.6. Dos requisitos de garantia e continuidade

- Cabe à CONTRATADA garantir a continuidade dos serviços durante toda a vigência do contrato, sendo responsável pela correção de quaisquer erros ou falhas identificados, sem ônus adicional, durante o período de garantia dos serviços.
- A emissão de aceite dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade de manter a solução operando corretamente, assegurando a disponibilidade, segurança e desempenho esperado, conforme os requisitos técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência.

2.3.2.7. Dos requisitos de disponibilidade

2.3.2.7.1. A solução deverá assegurar a disponibilidade de no mínimo 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) por mês.

$$IDM = \frac{(T - Ti)}{(T)} \times 100$$

Onde:

IDM:	é o índice de disponibilidade mensal para o sistema - em serviço (%).
T:	é o período de operação (um mês) - em minutos.
Ti:	é o somatório dos tempos de inoperância, durante o mês - em minutos.

2.3.2.7.2. Para o cálculo do Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) considerar-se-á o mês comercial de 30 (trinta) dias, de modo que nos meses em que não haja inoperância, o período de operação (T) do respectivo sistema será de 43.200 (quarenta e três mil e duzentos) minutos.

2.3.2.7.3. Os tempos de inoperância serão os tempos nos quais o sistema apresentará problemas em seu acesso. Obtidos com base nos chamados abertos. Somente serão desconsiderados, os tempos de inoperância causados por manutenções programadas junto à CONTRATANTE, ressalvados, contudo, os casos fortuitos, de força maior e/ou causas atribuídas a CONTRATANTE.

2.3.2.7.4. Qualquer interrupção programada pela CONTRATADA, independentemente de sua natureza, desde que, possa causar interferência no desempenho dos serviços prestados, deverá ser comunicada à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

2.3.2.7.5. Ao final de cada mês, a CONTRATADA encaminhará à equipe técnica do TJRR um relatório contendo as informações necessárias para aferição da qualidade dos serviços prestados, tal relatório deverá abranger pelo menos as seguintes informações:

- Número/código do chamado/solicitação;
- Data e hora de abertura da solicitação;
- Nome do solicitante;
- Data e hora da solução/encerramento da solicitação;
- Quantidade de tempo gasto para a solução;
- Nível de severidade da solicitação; e
- Descrição das atividades executadas.

2.3.2.8. Dos requisitos de suporte técnico

2.3.2.8.1. A CONTRATADA deverá registrar todas as demandas de suporte técnico, gerando número de chamado, data e hora da solicitação, nome do solicitante e descrição detalhada da solicitação.

2.3.2.8.2. Do atendimento técnico

2.3.2.8.2.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico para problemas ocorridos na utilização da solução CAPTCHA, incluindo, mas não se limitando a:

- Diagnóstico remoto para identificação da causa de problemas relatados;
- Resolução de dúvidas ou problemas envolvendo a solução;
- Assistência na instalação, configuração e utilização do serviço;
- Orientação sobre uso, compatibilidade e interoperabilidade com sistemas internos do TJRR;
- Auxílio na interpretação da documentação técnica e adoção das melhores práticas de utilização;
- Apoio às equipes de desenvolvimento do TJRR no processo de integração das aplicações institucionais com o serviço CAPTCHA;

- g. Esclarecimento de dúvidas relacionadas à compatibilidade, integração e interoperabilidade da solução com sistemas internos;
- h. Suporte na identificação da causa raiz de falhas e fornecimento de informações para correção de erros e inconsistências;
- i. Orientação para solução de problemas de desempenho ("performance") e ajuste fino ("tuning") de configurações da solução;
- j. Apoio e atuação na execução de procedimentos de atualização ou migração para novas versões da solução;
- k. Notificação formal e prévia ao TJRR acerca de alterações ou atualizações no serviço ou componentes relacionados, com envio de documentação descritiva das mudanças;
- l. Fornecimento de suporte técnico necessário para adequação dos sistemas internos do TJRR às novas versões da solução, quando aplicável.

2.3.2.8.2.2. O suporte técnico será prestado remotamente, por meio de telefone, e-mail, website ou videoconferência, podendo excepcionalmente haver atendimento on-site sem custo adicional para o TJRR.

2.3.2.8.2.3. Como parte do serviço licitado, a CONTRATADA deverá fornecer Serviço Técnico Especializado de Suporte para solução de indisponibilidades, erros, inconsistências no serviço, esclarecimento de dúvidas e sustentação da solução, garantindo seu perfeito funcionamento e utilização.

2.3.2.8.2.4. O suporte deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio dos canais de atendimento disponíveis (telefone, website, e-mail, videoconferência) com tempo de resposta inicial proporcional ao nível de impacto na aplicação do TJRR, conforme os critérios de prioridade descritos na tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO	TEMPO DE RESPOSTA
Crítico	Aplicação em produção totalmente inoperante	Menor ou igual a 1 hora
Alto	Uso do serviço severamente prejudicado	Menor ou igual a 4 horas
Médio	Uso do serviço parcialmente prejudicado	Menor ou igual a 24 horas
Baixo	Aplicação totalmente utilizável	Menor ou igual a 72 horas

2.3.2.8.2.5. O serviço será fornecido por meio de um Centro de Suporte e Assistência Técnica (CSAT), que poderá pertencer ao fabricante ou à CONTRATADA, devidamente autorizada pelo fabricante. A CONTRATADA deverá informar ao TJRR:

- a. Se o CSAT pertence ao fabricante ou à CONTRATADA;
- b. Confirmar os canais de atendimento disponíveis para abertura de chamados (telefone, website e e-mail, videoconferência), garantindo a continuidade do suporte 24/7 conforme os critérios de prioridade e tempos máximos de atendimento definidos no item 2.3.2.8.2.4. deste Termo de Referência.

2.3.2.8.2.6. Para fins deste Estudo, considera-se Centro de Suporte e Assistência Técnica (CSAT) a estrutura oficial responsável pela prestação de suporte técnico ao TJRR, podendo ser pertencente ao fabricante ou à CONTRATADA, desde que devidamente autorizada pelo fabricante.

2.3.2.8.3. Do monitoramento e dos relatórios mensais de suporte e utilização

2.3.2.8.3.1. Para garantir a adequada gestão e fiscalização contratual, bem como assegurar a performance e a disponibilidade da solução CAPTCHA, recomenda-se exigir da contratada a entrega de relatórios gerenciais mensais referentes ao suporte técnico e ao uso do serviço.

2.3.2.8.3.2. Considerando boas práticas de gestão de contratos de TIC observadas em outros tribunais, como o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), recomenda-se a adoção de mecanismo similar, tendo em vista que tal requisito promove o acompanhamento transparente dos serviços prestados e contribui para a fiscalização e governança contratual, quais sejam:

- a. **Relatório mensal de atendimento técnico:** Documento contendo o registro de todas as ocorrências de suporte técnico no período, incluindo, no mínimo:
 - Número do contrato;
 - Número do registro/ocorrência;
 - Identificação do atendente;
 - Identificação do solicitante;
 - Data e hora da solicitação;
 - Data e hora do primeiro atendimento;
 - Descrição da ocorrência;
 - Classificação da ocorrência (incidente ou esclarecimento de dúvida);
 - Data e hora de encerramento;
 - Tipo de solução aplicada (contorno ou definitiva);
 - Duração total do atendimento (abertura x fechamento);
 - Confirmação do responsável pelo aceite/fechamento.

2.3.2.8.3.3. Esses relatórios permitirão o acompanhamento do cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA), a avaliação da qualidade e tempestividade do atendimento, bem como a verificação da regularidade e eficiência do suporte prestado.

- b. **Relatório mensal de utilização da solução:** Documento demonstrando o volume de requisições processadas no período, contendo:
 - Período de referência
 - Identificação dos domínios/sistemas protegidos
 - Quantidade de requisições por domínio/sistema
 - Quantidade total de requisições processadas no mês

2.3.2.8.3.4. Tais informações são essenciais para o acompanhamento do consumo, validação da capacidade contratada, planejamento de escalabilidade e verificação de eventual necessidade de ajustes na solução.

- c. **Periodicidade e formato dos relatórios:** Os relatórios deverão ser entregues mensalmente, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após o encerramento do período de apuração, em formato PDF e editável (XLS ou equivalente).

2.3.2.8.4. Da modalidade de suporte técnico hands-on

2.3.2.8.4.1. O suporte técnico será prestado remotamente, na modalidade *hands-on*, ou seja, com acompanhamento ativo da equipe técnica do TJRR durante a execução dos atendimentos, promovendo capacitação prática e transferência de conhecimento. Essa abordagem visa fortalecer a autonomia técnica do Tribunal, sem prejuízo da natureza remota do suporte.

2.3.2.8.5. Dos requisitos de abertura e registros de chamados

2.3.2.8.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais formais para abertura de chamados técnicos, por meio de sistema de gerenciamento de chamados acessível via internet. Alternativamente, poderá ser utilizado e-mail corporativo dedicado.

2.3.2.8.5.2. A abertura do chamado deverá seguir as seguintes etapas:

a. Etapa 01: Canal de abertura

- a.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter sistema online dedicado para abertura e acompanhamento de chamados;
a.2. Alternativamente, a CONTRATADA deverá disponibilizar e-mail institucional dedicado à abertura de chamados.

b. Etapa 02: Informações necessárias

- b.1. O solicitante deverá informar:
b.1.1. A descrição detalhada do problema ou solicitação;
b.1.2. A identificação do serviço de CAPTCHA afetado;
b.1.3. Os dados de contato do solicitante;
b.1.4. A data e hora da abertura do chamado (gerada pela ferramenta).

c. Etapa 03: Protocolo e registro

- c.1. A CONTRATADA deverá registrar toda solicitação, independentemente da natureza;
c.2. Após a abertura do chamado, a CONTRATADA deverá emitir um número de protocolo de atendimento, que será utilizado para acompanhamento e futuras comunicações relacionadas ao chamado;
c.3. Um número de ocorrência deverá ser fornecido imediatamente ao solicitante, seja por confirmação no sistema online ou via email;
c.3.1. O registro deverá conter, no mínimo:
c.3.1.1. O número do contrato;
c.3.1.2. O número do chamado;
c.3.1.3. A identificação do atendente e do solicitante;
c.3.1.4. A data e hora da abertura;
c.3.1.5. A descrição da ocorrência;
c.3.1.6. A classificação da ocorrência:
i. Incidente
ii. Esclarecimento de dúvidas
c.3.1.7. A data e hora da solução/fechamento;
c.3.1.8. A identificação do responsável pelo aceite/fechamento;
c.3.1.9. O tipo de fechamento:
i. Solução de contorno
ii. Solução definitiva

d. Etapa 04: Acompanhamento

- d.1. A CONTRATADA deverá fornecer atualizações de status até a solução do chamado.
d.2. A ferramenta deverá permitir:
d.2.1. Consulta de chamados por período e contrato;
d.2.2. Consulta por status (aberto/fechado);
d.2.3. Registro claro de transições de responsabilidade;
d.2.4. Medição do tempo total de atendimento;
d.2.5. Registro de data e hora padronizado com fuso horário;

e. Etapa 05: Regras complementares

- e.1. A CONTRATADA deverá garantir atendimento disponível 24x7, observando que os tempos de resposta e resolução deverão estar de acordo com a classificação descrita no item 2.3.2.8.2.4. deste instrumento;
e.2. A CONTRATADA deverá assegurar que não haverá limite para a quantidade de chamados abertos pelo TJRR;
e.3. A CONTRATADA deverá assegurar que não haverá restrição quanto ao número de usuários do TJRR autorizados a abrir chamados.

2.3.2.8.6. Dos requisitos da prova de conceito (PoC)

2.3.2.8.6.1. Para aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução ofertada, conforme previsto neste instrumento e seus Anexos, o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) promoverá a realização de Prova de Conceito (PoC).

2.3.2.8.6.2. A Prova de Conceito compreenderá as etapas descritas a seguir:

Demonstração do serviço

2.3.2.8.6.2.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da Contratante, ser convocada para realização da PoC, preferencialmente por videoconferência, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. Nesta etapa, deverá ocorrer a demonstração completa da solução, para aferição do atendimento aos requisitos mínimos definidos neste instrumento e seus Anexos.

2.3.2.8.6.2.1.1. A equipe técnica do TJRR será responsável pela condução, acompanhamento e avaliação da PoC, tomando por base a lista de requisitos e funcionalidades previamente definida pela Contratante e formalizada no **ANEXO II – Prova de Conceito do Serviço Cognitivo – CAPTCHA**.

2.3.2.8.6.2.1.2. A demonstração deverá ser conduzida por técnico formalmente designado pela licitante, capacitado e apto a responder aos questionamentos da equipe técnica do TJRR.

Disponibilização do acesso ao serviço

2.3.2.8.6.2.2. A licitante convocada deverá disponibilizar ao TJRR, no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado do dia seguinte à demonstração, acesso à solução em ambiente que permita a utilização das funcionalidades especificadas neste Termo de Referência.

2.3.2.8.6.2.2.1. A licitante deverá disponibilizar 1 (um) técnico responsável por prestar orientações necessárias durante a execução da PoC.

2.3.2.8.6.2.2.2. Deverá ser apresentada documentação técnica completa da solução, contendo informações detalhadas sobre todos os componentes do serviço, além de eventuais scripts utilizados na demonstração.

2.3.2.8.6.2.2.3. A entrega da documentação não dispensa a comprovação do atendimento aos requisitos durante a fase de demonstração.

Requisitos gerais da PoC

2.3.2.8.6.3. O TJRR se reserva o direito de não aceitar, na fase de implantação, versão inferior, reduzida ou com menor nível de funcionalidades em relação àquela apresentada e validada durante a Prova de Conceito, sendo obrigatória a entrega da solução em padrão igual ou superior ao demonstrado.

2.3.2.8.6.4. Todos os itens de verificação da PoC, constantes do **Anexo II**, serão avaliados pelo critério binário “Atende?”, devendo ser assinaladas as seguintes opções:

- a. **“SIM”**: quando o requisito estiver integralmente atendido;
- b. **“NÃO”**: quando o requisito não estiver integralmente atendido.

2.3.2.8.6.5. A licitante deverá prover todo o ambiente necessário — incluindo componentes de hardware, software e demais recursos técnicos — para demonstrar o atendimento às funcionalidades exigidas no Termo de Referência.

Desclassificação por falhas na PoC

2.3.2.8.6.6. A licitante será desclassificada caso:

- i. não atenda às condições estabelecidas para a PoC;
- ii. não disponibilize o acesso no prazo estipulado; ou
- iii. não comprove o atendimento de qualquer requisito técnico previsto neste instrumento.

Acompanhamento pelos interessados

2.3.2.8.6.7. Para fins de transparência, a realização da Prova de Conceito poderá ser acompanhada pelos demais licitantes e por quaisquer interessados no certame.

2.3.2.8.6.8. Não será permitida, em hipótese alguma, a comunicação direta entre qualquer “Observador da Licitante Participante” e a “Equipe Técnica da Licitante Convocada”. Toda e qualquer comunicação ou questionamento deverá ser encaminhado exclusivamente, por escrito, à equipe técnica do Tribunal.

2.3.2.8.6.9. A inobservância dessa regra de comunicação poderá resultar no descredenciamento unilateral e na retirada imediata, pelo Tribunal, de qualquer integrante da “Equipe Técnica da Licitante Convocada” ou de qualquer “Observador da Licitante Participante” do ambiente de realização da Prova de Conceito.

Indicação de equipes

2.3.2.8.6.10. Por ocasião do agendamento, a licitante convocada deverá informar, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a composição de sua Equipe Técnica, que poderá ser formada por até 3 (três) profissionais da própria licitante e/ou do fabricante da solução, devidamente identificados e comprovadamente vinculados por contrato ou procuração.

2.3.2.8.6.11. A substituição de membros da Equipe Técnica da licitante convocada somente poderá ocorrer mediante autorização prévia do Tribunal.

2.3.2.8.6.12. O pregoeiro divulgará às demais licitantes a data da Prova de Conceito.

2.3.2.8.6.13. Cada uma das demais licitantes que desejar acompanhar a Prova de Conceito deverá indicar, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por e-mail ou ofício dirigido ao pregoeiro, até 2 (dois) profissionais devidamente identificados por vínculo contratual ou procuração, os quais atuarão como “Observadores da Licitante Participante”.

2.3.2.8.6.14. A substituição de qualquer “Observador da Licitante Participante” somente será admitida mediante autorização prévia do Tribunal.

Acesso a ambientes do Tribunal

2.3.2.8.6.15. Todas as operações que demandem acesso físico ou lógico a ambientes computacionais classificados como restritos pelo TJRR, em especial no contexto de segurança cibernética, serão executadas unicamente pela equipe técnica do Tribunal, visando preservar a integridade, a confidencialidade e a segurança dos ativos institucionais. É proibido às licitantes qualquer forma de acesso a esses ambientes.

2.3.2.8.6.16. Cabe à licitante convocada informar, por escrito, a sequência de operações necessárias à execução da Prova de Conceito pela equipe técnica do TJRR, bem como eventuais necessidades de liberação de portas ou protocolos de comunicação entre os ativos envolvidos, internos ou externos à rede do Tribunal.

Critérios de aceitação e resultados

2.3.2.8.6.17. O não atendimento a qualquer dos Critérios de Aceitação da Prova de Conceito acarretará a desclassificação da licitante convocada.

2.3.2.8.6.18. A equipe técnica do Tribunal analisará as eventuais considerações apresentadas pelos observadores das licitantes participantes e, caso as considere pertinentes, poderá solicitar ajustes necessários para garantir que os testes sejam realizados em conformidade com este documento.

2.3.2.8.6.19. Caso a Prova de Conceito não seja realizada por motivo imputável à licitante convocada, sua proposta será desclassificada, procedendo-se à convocação das licitantes remanescentes, conforme a ordem de classificação.

Percentual mínimo de aprovação

2.3.2.8.6.20. Para aprovação na Prova de Conceito, a licitante deverá atender, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) dos requisitos avaliados.

O índice de atendimento será calculado pela soma dos percentuais atribuídos a cada requisito integralmente atendido, resultando no percentual total de conformidade.

2.3.2.8.6.21. Caso a solução demonstre atendimento mínimo de 92% (noventa e dois por cento) dos requisitos durante a Prova de Conceito, mas não alcance 100% (cem por cento), a CONTRATADA deverá realizar todos os ajustes necessários para que a ferramenta atenda integralmente aos requisitos previstos no **ANEXO II – Prova de Conceito do Serviço Cognitivo – CAPTCHA**, bem como a todos os demais requisitos constantes do instrumento convocatório e seus Anexos, até o encerramento da fase de implantação, após a assinatura contratual.

Responsabilidades e custos

2.3.2.8.6.22. A responsabilidade pela configuração e parametrização dos componentes é exclusiva da licitante habilitada, cabendo ao TJRR apenas acompanhar a execução para assegurar que a demonstração seja legítima e comprove a capacidade da solução em atender às funcionalidades previstas na verificação de conformidade.

2.3.2.8.6.23. Todas as despesas decorrentes da participação na PoC são de responsabilidade exclusiva da licitante.

Relatório e continuidade

2.3.2.8.6.24. A equipe técnica elaborará relatório conclusivo da PoC, indicando o grau de atendimento dos requisitos.

2.3.2.8.6.25. Caso o relatório da PoC indique que a solução ofertada está em conformidade com as especificações exigidas e, estando a licitante regularmente habilitada, esta será declarada vencedora do certame.

2.3.2.8.6.26. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

2.3.2.8.6.27. Caso o novo relatório indique que a solução ajustada permanece em desacordo com as especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

2.3.2.8.6.28. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a licitante subsequente, respeitada a ordem de classificação, para realização da Prova de Conceito, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda aos requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

Dispensa da PoC

2.3.2.8.6.29. O TJRR poderá, de forma excepcional, dispensar a realização da PoC caso a solução ofertada já tenha sido implantada, avaliada e operacionalizada satisfatoriamente em órgão ou entidade da Administração Pública, desde que demonstrada aderência integral aos requisitos estabelecidos neste instrumento.

2.4. Da relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e/ou serviços a serem contratados

2.4.1. Para definição do quantitativo estimado, considerou-se a quantidade de requisições do sistema Projudi e a futura expansão para outros sistemas do Tribunal. A partir do levantamento preliminar realizado, estimou-se um volume médio de 5 (cinco) milhões de requisições mensais, totalizando aproximadamente 60 (sessenta) milhões de requisições anuais.

2.4.2. Verificou-se, em consulta às práticas consolidadas no mercado, que é usual a adoção de um Pacote Básico com quantidade fixa de requisições mensais, calculada com base em dados históricos e projeções, acrescido de Pacotes Adicionais contratados sob demanda, quando houver consumo excedente.

2.4.3. Assim, definiu-se a adoção de um Pacote Básico contendo até 5 (cinco) milhões de requisições mensais, bem como a previsão de Pacotes Adicionais de até 1 (um) milhão de requisições cada, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Métrica
1	Licença - Pacote Básico	MÊS	12	Até 5 milhões de requisições mensais
2	Pacote adicional	UND	60	Até 1 milhão de requisições

2.4.4. A CONTRATADA deverá cotar o valor mensal referente ao Pacote Básico, o qual funcionará como limite mínimo para o pagamento mensal, assegurando a cobertura das requisições dentro da estimativa projetada. Deverá, ainda, apresentar o valor unitário do Pacote Adicional.

2.4.5. Ao final de cada mês, a fiscalização do contrato apurará as requisições efetivamente consumidas. Caso o consumo exceda o limite de 5 (cinco) milhões de requisições, a Administração pagará apenas a quantidade de Pacotes Adicionais necessária para cobrir o excedente, como justa contrapartida aos serviços efetivamente prestados.

2.4.6. O pagamento dos Pacotes Adicionais dependerá de autorização formal da fiscalização do contrato, condicionada à comprovação do consumo e ao devido ateste. Entretanto, a utilização dos Pacotes Adicionais deverá ocorrer de forma imediata e ininterrupta sempre que o consumo exceder o limite mensal, garantindo a continuidade operacional dos serviços protegidos pela solução CAPTCHA. A formalização da autorização para fins de pagamento ocorrerá posteriormente, sem prejuízo da continuidade e da plena prestação do serviço.

2.4.7. Fica ainda facultada a possibilidade de remanejamento (utilização) dos Pacotes Adicionais adquiridos e não integralmente utilizados em um mês para os meses subsequentes, desde que dentro da vigência contratual e sem alteração do valor global pactuado.

2.4.8. O valor devido será calculado com base no número de Pacotes Adicionais necessários para atender ao volume excedente, conforme métrica definida neste Termo de Referência.

2.4.9. A contratação do Pacote Básico não obriga a Administração ao consumo integral do volume estimado, tratando-se de projeção para fins de planejamento orçamentário e operacional, conforme boas práticas de contratação pública.

2.4.10. A existência de preço registrado para Pacotes Adicionais não impõe obrigação de contratação pelo TJRR, sendo sua aquisição condicionada à efetiva necessidade decorrente de consumo excedente.

2.4.11. Os Pacotes Adicionais serão considerados itens de contratação sob demanda, sendo utilizados apenas quando houver consumo excedente ao limite mensal do Pacote Básico. O pagamento correspondente será efetuado de forma proporcional ao serviço efetivamente prestado, após a apuração mensal de consumo e a devida autorização da fiscalização do contrato.

2.4.12. A licitação em grupo de itens visa racionalizar o processo e promover economicidade, não implicando obrigação de contratação integral dos itens, preservando-se, assim, interesse público e o princípio da economicidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes neste instrumento.

3.2. Justificativa

3.2.1. Com o avanço da digitalização, a segurança cibernética tornou-se prioridade para proteger as interações online contra atividades maliciosas, como bots automatizados. Nesse cenário, os sistemas CAPTCHA (*Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart*) têm papel essencial para garantir a integridade e autenticidade das operações realizadas por usuários humanos. Por meio de desafios cognitivos e técnicas de inteligência artificial, essas soluções distinguem acessos legítimos de tentativas automatizadas, bloqueando atividades não autorizadas e protegendo os sistemas contra fraudes digitais.

3.2.2. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) tem registrado aumento contínuo na demanda pelos seus serviços digitais, reflexo da maior utilização de plataformas eletrônicas pela população. Embora positivo, esse crescimento também aumenta a exposição a tentativas de acesso automatizado, que podem comprometer a disponibilidade e o desempenho dos serviços essenciais, como consultas processuais.

3.2.3. Os ambientes de consulta externa têm sido alvo de acessos automatizados com objetivos variados, desde a coleta massiva de informações — frequentemente repassadas a terceiros mediante pagamento — até ataques de negação de serviço (DoS), que buscam sobrecarregar os sistemas. Esse volume de acessos consome e esgota os recursos de processamento dimensionados para atender os usuários legítimos, colocando em risco a disponibilidade dos serviços e prejudicando o acesso da sociedade à Justiça.

3.2.4. Diante desse cenário, é crucial implementar mecanismos que filtrem acessos legítimos e bloqueiem tentativas automatizadas, garantindo a continuidade operacional dos serviços digitais. A implantação de uma solução de desafio cognitivo — CAPTCHA — se mostra essencial para mitigar riscos de abusos automatizados, proteger dados sensíveis e assegurar que os sistemas permaneçam disponíveis mesmo durante períodos de alta demanda.

3.2.5. A equipe técnica do TJRR enfrenta o desafio de disponibilizar informações e serviços digitais de forma contínua, atendendo aos usuários legítimos, enquanto restringe acessos indesejados originados de programas automatizados (bots). Para isso, a solução adotada deve operar ininterruptamente, suportar altos volumes de requisições e manter desempenho e disponibilidade elevados, inclusive durante picos de demanda.

3.2.6. Além disso, a solução precisa ser implementada sem a necessidade de alocação de mão de obra dedicada internamente, de modo que manutenção, atualização e suporte técnico sejam providos pelo fornecedor, sem sobrecarregar a equipe técnica do Tribunal. Esse modelo atende às necessidades de escalabilidade, robustez e segurança, garantindo que os canais digitais permaneçam operacionais e confiáveis para a sociedade.

3.2.7. O CAPTCHA é um teste reverso de Turing, administrado por computadores para diferenciar humanos de bots, funcionando como ferramenta anti-spam e proteção contra acessos automatizados indevidos. A adoção de uma solução proprietária de CAPTCHA na modalidade SaaS (Software as a Service) oferece vantagens adicionais:

- Atualizações contínuas providas pelo fornecedor;
- Suporte técnico especializado e níveis de serviço garantidos (SLA);
- Escalabilidade para suportar grandes volumes de acessos;
- Implementação sem necessidade de equipe alocada internamente;
- Maior confiabilidade e continuidade operacional.

3.2.8. Assim, a implementação dessa solução mostra-se indispensável para mitigar riscos cibernéticos, proteger informações sensíveis e assegurar a continuidade operacional dos serviços digitais, atendendo às diretrizes institucionais de segurança da informação, proteção de dados e alta disponibilidade — e garantindo que os serviços online do TJRR permaneçam confiáveis, estáveis e plenamente acessíveis aos usuários e à sociedade.

3.3. Alinhamento Estratégico

3.3.1. A contratação encontra-se em consonância com o Plano Anual de Contratações - PAC 2026, alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2025-2027 e Plano Estratégico Institucional 2021-2026, com aprovação do Comitê de Governança e Gestão das Contratações de TIC.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021 – 2026	
Perspectiva:	Orçamento e Tecnologia
Alinhamento:	Macrodesafio 12 do CNJ: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
Objetivo estratégico:	OE9. Assegurar a transformação digital e a segurança da informação
Diretrizes:	Aprimorar a segurança da informação; Ampliar a cibersegurança; Manter e evoluir a infraestrutura de TI.
Indicador:	Índice de maturidade de cibersegurança
Fórmula de cálculo:	Percentual de cumprimento dos itens de contidos na Resolução nº 396/2021.
Metas:	2023: 40% 2024: 60% 2025: 80% 2026: 100%
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTIC 2025- 2027	
Objetivo:	Aprimorar a segurança da Informação e a gestão de Dados.

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - PAC 2024

Item:

196

FONTE DE RECURSOS

Programa de Trabalho n.º 12.601.02.061.0003.2457 - Modernização e Expansão da TIC, elemento de despesa 3.3.9040 - Serviços de Tic, da u.o. Fundo Especial do Poder Judiciário.

3.4. Objetivos

3.4.1. A contratação da solução visa alcançar os seguintes resultados:

- Fortalecimento da Segurança Cibernética:** garantir mecanismos eficazes de proteção contra acessos automatizados e atividades maliciosas, preservando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados judiciais e administrativos.
- Conformidade com Normativas de Segurança e Proteção de Dados:** atender às exigências legais e regulatórias, incluindo a LGPD, mediante a adoção de controles tecnológicos que reforcem a proteção das informações pessoais e institucionais.
- Experiência do Usuário e Acessibilidade:** assegurar que os mecanismos de segurança implementados sejam eficientes sem comprometer a usabilidade dos serviços digitais, oferecendo interação fluida, acessível e compatível com diferentes perfis de usuários.

3.4.2. Ao atender a essas necessidades, o Tribunal de Justiça de Roraima fortalecerá sua infraestrutura de desenvolvimento de software, demonstrando seu compromisso em proporcionar um ambiente eficiente e inovador. Isso resultará em melhoria significativa na qualidade e agilidade no desenvolvimento de sistemas, promovendo uma experiência mais produtiva e satisfatória, e, por consequência, garantindo uma melhor entrega de serviços à sociedade.

3.5. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

3.5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e os Estudos Preliminares, encaminhados pela Subsecretaria de Sistemas, ambos constantes no Processo nº. 0023437-42.2025.8.23.8000.

3.6. Análise de Mercado de TIC

3.6.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos nos Estudos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC duas alternativas de solução:

- Solução 1:** CAPTCHAs Gratuitos
- Solução 2:** Software Proprietário de CAPTCHA
- Solução 3:** Desenvolvimento Interno

3.7. Benefícios

3.7.1. A escolha da solução visa alcançar os seguintes benefícios:

- Proteção contra Bots e Automação Maliciosa:** prevenção de acessos indevidos, tentativas automatizadas de login e uso abusivo das plataformas institucionais.
- Garantia de Integridade e Disponibilidade:** redução de vulnerabilidades e mitigação de impactos que possam comprometer dados, serviços e operações digitais do Tribunal.
- Experiência do Usuário Preservada:** emprego de mecanismos modernos de validação, com foco em acessibilidade, usabilidade e mínima interferência na navegação dos usuários legítimos.

4. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da natureza do objeto

4.1.1. O objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021, o objeto caracteriza-se como serviço contínuo, uma vez que consiste em licenciamento de solução tecnológica com fornecimento ininterrupto, essencial para garantir a disponibilidade, funcionalidade e regularidade das atividades institucionais, não podendo sofrer descontinuidade sem prejuízo às operações do Tribunal.

4.2. Da justificativa para o parcelamento ou não do objeto

4.2.1. Em observação ao §3 do art. 40 da Lei 14.133/2021, os serviços, objeto desta contratação, incluindo a "Licença - Pacote Básico" e o "Pacote Adicional", estão fortemente integrados entre si. Esses itens representam um mesmo serviço, sendo separados apenas para fins de organização e escalabilidade. O "Pacote Básico" oferece a base essencial, enquanto o "Pacote Adicional" permite a expansão conforme a demanda, mantendo a continuidade e a coesão na prestação dos serviços. Por essa razão, é imprescindível que ambos sejam executados pela mesma empresa, garantindo a uniformidade na solicitação e na cobrança das atividades realizadas, sem que haja conflito de competências.

4.2.2. Essa composição está de acordo com o Acórdão 1099/2008 do TCU Plenário, cujo entendimento é de que "havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico, permitindo a composição, em um único grupo (lote), dos serviços de modelagem de negócio, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação". Portanto, sugere-se a contratação em lote único, contemplando o fornecimento da solução de desafio cognitivo CAPTCHA em pacote básico e adicional.

4.3. Da adjudicação do objeto

4.3.1. Considerando que o objeto se configura como solução integrada e tecnicamente indivisível, conforme demonstrado no item 4.2, não sendo viável o seu parcelamento em razão da interdependência operacional entre o pacote básico e o pacote adicional, a adjudicação deverá ocorrer pelo menor preço global.

4.3.2. Tal abordagem assegura uniformidade técnica, padronização operacional, continuidade do serviço e racionalização na gestão contratual, evitando riscos de fragmentação da solução e de conflitos de responsabilidade entre fornecedores.

4.4. Da modalidade e tipo de licitação

4.4.1. Dada a natureza do objeto, a modalidade de licitação mais adequada seria o "Pregão", preferencialmente em sua forma eletrônica, e utilizando o critério de seleção do "Menor Preço". Essa modalidade de licitação busca assegurar a obtenção da melhor proposta com o menor valor, garantindo assim uma seleção mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

4.4.2. O presente Estudo objetiva a formação de Sistema de Registro de Preços, uma vez que trata-se de objeto cuja necessidade é frequente e a entrega se dará de forma parcelada, realizada conforme demanda, com fulcro nos incisos I e II do art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.

4.5. Qualificação econômico-financeira

4.5.1. Quanto à qualificação econômico-financeira, observado o art. 69 da Lei 14.133/2021, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;
- b. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

4.6. Da qualificação técnica

4.6.1. A licitante deverá comprovar ser parceira autorizada, por meio de declaração de parceria, a comercializar o Serviço de Desafio Cognitivo Virtual (CAPTCHA), bem como estar autorizada e credenciada pelo desenvolvedor, detentor da tecnologia ou provedor da solução, para prestar os serviços de manutenção, suporte e atualização, assim como informar os procedimentos a serem seguidos para abertura de chamados, durante toda a vigência contratual.

4.6.1.1. A referida declaração tem por finalidade assegurar ao Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) que a licitante:

- a. possui vínculo formal com o provedor da tecnologia utilizada;
- b. detém acesso regular às APIs, recursos técnicos, atualizações e canais de suporte da solução ofertada;
- c. está apta a prestar suporte técnico adequado, bem como garantir a continuidade e a estabilidade do serviço, mitigando riscos de interrupção ou indisponibilidade decorrentes de restrições de uso impostas pelo detentor da tecnologia.

4.6.1.2. A exigência de vínculo com o desenvolvedor, detentor da tecnologia ou provedor da solução justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante possua autorização formal para comercialização, implantação e suporte técnico da solução, garantindo acesso a atualizações, correções de segurança e canais oficiais de atendimento, reduzindo riscos operacionais e de continuidade do serviço.

4.6.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou, a contento, serviços contínuos e compatíveis com o objeto descrito no item 2.3.1, demonstrando capacidade do desenvolvedor, detentor da tecnologia ou provedor da solução quanto ao fornecimento de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) milhões de requisições anuais do Serviço de Desafio Cognitivo (CAPTCHA), equivalentes a 20% (vinte por cento) do volume total estimado neste instrumento.

4.6.2.1. A exigência de comprovação de capacidade técnica em volume significativo justifica-se pela natureza crítica e pelo elevado volume transacional do serviço, que integra infraestrutura essencial ao ambiente judicial eletrônico, sendo necessária para assegurar continuidade operacional, desempenho adequado, segurança jurídica e estabilidade dos sistemas do Tribunal. A medida observa os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.6.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes especificações:

- a. Identificação da pessoa jurídica emitente, incluindo nome e cargo do signatário;
- b. Discriminação do serviço prestado;
- c. Volume ou quantidade de serviços realizados;
- d. Prazo contratual, com indicação da data de início dos serviços;
- e. Caracterização do bom desempenho do licitante;
- f. Outros dados característicos, se houver; e
- g. Apresentação em papel timbrado da entidade emitente.

4.6.4. Não será admitida a soma de atestados para o atingimento do quantitativo mínimo de requisições. A vedação de somatório para o atestado se justifica face às peculiaridades envolvidas na prestação dos serviços pretendidos. A comprovação do atendimento a clientes distintos, que somados contenham o mesmo volume anual desejado pelo TJRR, não garante que a empresa licitante tenha a capacidade necessária para o atendimento e manutenção de um ambiente similar ao Tribunal em um único contrato.

4.6.4.1. A vedação ao somatório de atestados justifica-se pela necessidade de comprovação de capacidade operativa e logística da licitante em lidar com picos de tráfego de grande magnitude em um único barramento, situação técnica que não se assemelha à prestação de múltiplos serviços de pequeno volume.

4.6.5. Não serão admitidos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da licitante. Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo econômico as entidades que embora tendo, cada uma delas, personalidades jurídicas próprias, mantiverem, entre si, direta ou indiretamente, relação de controle (art. 1.098 do Código Civil), ou estiverem sob o controle, direção ou administração, direta ou indireta, de outra pessoa física ou jurídica em comum.

4.6.6. O(s) atestado(s) de capacidade poderá(ão) ser objeto(s) de diligência, a critério deste Tribunal de Justiça, para verificação de autenticidade de seu(s) conteúdo(s). Poderá ser solicitado da licitante a apresentação de documentos como, por exemplo, contratos, notas de empenho ou notas fiscais, etc.

4.6.7. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

5. PRAZOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do PNCP,

podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O instrumento contratual será assinado no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº. 14.133/2021.

5.3. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos, mediante comprovação de vantajosidade e interesse da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. As licenças deverão ser disponibilizadas digitalmente por plataforma para acesso e operacionalização no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base na instrução do procedimento administrativo nº.0023437-42.2025.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de **R\$ 594.780,00 (quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta reais)**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Licença Pacote Básico - Até 5 milhões de requisições	Mês	12	R\$ 25.250,00	R\$ 303.000.00
2	Pacote adicional - Até 1 milhão de requisições	Unidade	60	R\$ 4.863,00	R\$ 291.780,00
Valor Total Estimado (R\$)					R\$ 594.780,00

6.2. O preço deve abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

7. OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, se for necessário;
- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- Conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.

7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- Subcontratação do objeto; e
- Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

7.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

7.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

- Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.
- A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.
- A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento contratual.
- A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

- e. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- f. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.
- g. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerará-se devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.
- h. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.
- i. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.
- j. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

8. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Rotinas de Fiscalização Contratual

- 8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 8.4.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência.
- 8.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 8.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 8.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.9.** O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 8.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento

- 8.12.** Concluída a execução do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do serviço prestado ante ao que foi especificado neste Termo de Referência e comprometido mediante proposta.
- 8.13.** Feita a aferição do serviço, a fiscalização poderá receber provisoriamente o objeto.
- 8.14.** Na fiscalização da qualidade do serviço prestado, o Fiscal deverá, a cada incidente, verificar todas as ocorrências registradas no período e, caso necessário, aplicar os descontos do faturamento conforme os indicadores a seguir:

Indicador de Disponibilidade da Solução	
Finalidade	Garantir a disponibilidade contínua dos serviços conforme IDM.
Meta a cumprir	IDM > = 99,9% do tempo total de operação (percentual de tempo que se espera que o serviço esteja em funcionamento).
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de relatórios gerados por sistema de Gerenciamento de Serviços de TI e outras ferramentas hábeis disponíveis para mensuração.
Forma de Acompanhamento	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através de relatório mensal consolidado de disponibilidade do serviço durante o período.
Periodicidade	Mensalmente.
Mecanismo de cálculo	$IDM = (T - Ti) / T \times 100$ <p>Onde:</p> <p>IDM = é o Índice de Disponibilidade Mensal para o serviço;</p> <p>T = é o período de operação (um mês) - em minutos;</p> <p>Ti = é o somatório dos tempos de inoperância, durante o mês - em minutos.</p>

Faixa de ajuste no pagamento	Disponibilidade >= 99% e < 99,9% (no mês): 10% de glosa sobre o valor devido mensal contratado; Disponibilidade >= 98% e < 99% (no mês): 20% de glosa sobre o valor devido mensal contratado; Disponibilidade >= 97% < 98% (no mês): 30% de glosa sobre o valor devido mensal contratado.
Sanções	Disponibilidade < 97% (no mês): penalidade de inexecução parcial do contrato com aplicação de multa 15% do valor do saldo residual do contrato.

Do Recebimento Provisório

8.15. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após sua entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e critérios de aceitação.

8.16. O objeto entregue poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações ou critérios de aceitação, devendo ser substituído no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Do Recebimento Definitivo

8.17. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do Recebimento Provisório.

8.18. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

8.19. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

8.20. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR

A empresa _____, parte CONTRATADA no contrato____/____, neste ato representado pelo(a) Sr.(a)_____, portador(a) da CI/RG n.º_____ e do CPF n.º_____, compromete-se, por intermédio do presente termo, a não divulgar sem prévia autorização informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA (TJRR) às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se informações confidenciais aquelas referentes a dados pessoais e dados pessoais sensíveis existentes no ambiente tecnológico ou físico do TJRR ou por ele contratado, bases de dados, topologias, planos, políticas, processos, códigos-fonte, serviços e sistemas tecnológicos vinculados ao TJRR.

§ 1º Em relação aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis do TJRR, a CONTRATADA deverá realizar o tratamento de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) com a Política de Proteção e Privacidade de Dados Pessoais do TJRR.

§ 2º – Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito pelo TJRR a tratá-la diferentemente. De forma alguma se interpretará o silêncio do TJRR como a liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

§ 3º Excluem-se das disposições desta Cláusula informações que já estiverem comprovadamente disponíveis ao público em geral de qualquer forma que não em decorrência de sua revelação pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA concorda que as informações às quais terá acesso serão utilizadas exclusivamente no desempenho das atividades necessárias para execução do objeto contratado, em conformidade com o presente TERMO.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATADA obriga-se a conhecer e observar a Política de Segurança da Informação disponível no site do TJRR.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA compromete-se a aplicar boas práticas de mercado relacionadas à segurança da informação (como, por exemplo, ABNT NBR 27002:2019, CIS Controls, OWASP, NIST Cybersecurity Framework, dentre outras), pertinentes ao serviço prestado, para garantir a segurança do seu ambiente tecnológico de forma a atender os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) e os Acordos de Nível Operacional (ANO) estabelecidos em contrato, bem como garantir a proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações do TJRR que vierem a ser tratadas em seu ambiente tecnológico.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA determinará a todos os seus representantes - assim considerados, diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço a qualquer título (incluindo consultores e assessores) que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços - a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA SEXTA: Caso a CONTRATADA seja obrigada, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer

informações, notificará por escrito ao TJRR imediatamente acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TJRR possa optar entre interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito, com a referida revelação.

CLÁUSULA SÉTIMA: A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TJRR qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TJRR a ocorrência de incidentes, tecnológicos ou não, que possam comprometer (ou possam ter comprometido) a confidencialidade, integridade ou a disponibilidade das informações do TJRR que são tratadas em seu ambiente tecnológico ou o cumprimento de ANS e ANO, bem como as medidas adotadas para contenção, tratamento, resposta e erradicação dos incidentes.

CLÁUSULA NONA: O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

Boa
Vista/RR,
____ de

de 20__.

ANEXO II - PROVA DE CONCEITO DO SERVIÇO COGNITIVO - CAPTCHA

ITEM	REQUISITO	PERCENTUAL (%)	ATENDE?	
			SIM	NÃO
01	Demonstrar tempo máximo de resposta para validação no backend inferior a 150 ms (cento e cinquenta milissegundos)	10%	()	()
02	Demonstrar disponibilidade mínima mensal de 99,9%	10%	()	()
03	Demonstrar possibilidade de configuração em modo oculto/invisível/passivo	7%	()	()
04	Demonstrar funcionalidades de acessibilidade, conforme boas práticas e padrões Web	7%	()	()
05	Demonstrar funcionamento baseado em escores ou níveis de dificuldade, com no mínimo 3 (três) níveis configuráveis	4%	()	()
06	Demonstrar configuração de localização automática ou via código	4%	()	()
07	Demonstrar suporte a aplicações web e dispositivos móveis (nativo ou via SDK)	8%	()	()
08	Demonstrar possibilidade de configuração de chave por domínio	7%	()	()
09	Demonstrar funcionamento global, acessível além do território brasileiro	4%	()	()
10	Demonstrar possuir política de privacidade compatível com a LGPD	10%	()	()
11	Demonstrar possibilidade de configuração de alertas	4%	()	()
12	Demonstrar capacidade de configuração, manutenção, auditoria e coleta de métricas de chaves via API ou outro meio	7%	()	()
13	Demonstrar possibilidade de monitoração de status via API	4%	()	()
14	Demonstrar console administrativo com estatísticas por aplicação	7%	()	()
15	Demonstrar disponibilização de técnico e a capacidade de execução do suporte/modelo hands-on	7%	()	()
TOTAL EM PERCENTUAL DOS REQUISITOS ATENDIDOS				

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 07/2026.

Data do certame: 27/04/2026, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 023437-42.2025.8.23.8000

OBJETO: Formação de sistema de registro de preços para contratação de serviço de desafio cognitivo - CAPTCHA na modalidade software como serviço (Software as a Service -SaaS), para atender as necessidades do Poder Judiciário do estado de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
1	Licença Pacote Básico - Até 5 milhões de requisições, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Mês	12	25.250,00		
2	Pacote adicional - Até 1 milhão de requisições, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Unidade	60	4.863,00		
Valor Total (R\$)						
Valor Máximo Aceito Pelo TJRR para o Grupo - R\$ 594.780,00						

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:

Fone/Fax/Celular:

E-mail:

Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente

Prazo de Validade da Proposta:

Local e Data:

nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2026

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa _____ (NOME DA EMPRESA), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/2026

Procedimento Administrativo n.º 0023437-42.2025.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 000/2026

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º de de de, inscrito no CPF sob o n.º Portador(a) da Carteira de Identidade n.º , considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e na [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#), observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de serviço de desafio cognitivo - CAPTCHA na modalidade software como serviço (Software as a Service - SaaS), para atender as necessidades do Poder Judiciário do estado de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. , conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital..

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, porrogáveis na forma da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 00/2025](#).

2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/2026 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

3.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b. mantiverem sua proposta original.

4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando

convocados.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, inciso III, da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#); ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;
- b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM ÚNICO					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
1					
2					
Valor Total (R\$)					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR ____ de _____ de 2026.

	_____Representante
Nome Secretário de Gestão Administrativa	legal Empresa

ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON

Contrato de prestação de serviço de desafio cognitivo - CAPTCHA na modalidade software como serviço (Software as a Service -SaaS), para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima., oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/____, Pregão Eletrônico nº ____/____), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e _____, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **Hermenegildo Ataíde D'ávila**, união estável, brasileiro, matrícula nº 3012554.

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-_____, _____/_____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável _____, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de desafio cognitivo - CAPTCHA na modalidade software como serviço (Software as a Service -SaaS), para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 15/2026 (_____).

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Licença Pacote Básico - Até 5 milhões de requisições	Mês	12		
2	Pacote adicional - Até 1 milhão de requisições	Unidade	60		
Valor Total Estimado (R\$)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência nº 15/2026 (_____);

1.3.2. O Edital de Licitação (_____);

1.3.3. A Proposta do Contratado (_____);

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos, mediante comprovação de vantajosidade e interesse da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 15/2026 (_____);

Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____) .

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasileiro — IPCA.

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, com os ajustes relativos ao IMR, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJRR;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao serviço contratado;
- h. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- i. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- k. Valor do(s) imposto(s);
- l. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- m. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- n. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- o. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Reajuste

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 09/03/2026 (_____).

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

6.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de Termo de Apostilamento

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante

7.1. Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m. Monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço prestado durante a execução do contrato, por meio do Instrumento de Medição dos Resultados - IMR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- n. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- o. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- i. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- k. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- l. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- m. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- o. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- p. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- q. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- r. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- s. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- t. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- u. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- v. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- w. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- x. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- y. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- z. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- aa. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- ab. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- ac. Executar o serviço contratado, satisfatoriamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade.
- ad. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO.
- ae. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022).
- af. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.

8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

8.3.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

8.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

8.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no

instrumento contratual.

8.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

8.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

8.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerará-se devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

8.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

8.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Nona – Garantia de Execução

9.1. Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o **Contratante** poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.

Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

11.5. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

11.6. As sanções aplicadas definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 12.601.02.061.0003.2457 (Modernização e Expansão da TIC), elemento de despesa 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica), da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNDEJURR.

13.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos

14.1. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. As licenças deverão ser disponibilizadas digitalmente por plataforma para acesso e operacionalização no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

14.3. Os demais prazos, correlatos à execução do objeto contratual, estão consignados no Termo de Referência nº 15/2026.

Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Sexta – Alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Décima Sétima – Publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

Cláusula Décima Oitava – Foro

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I

Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:

ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR

Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ([CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022](#)). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR ____/____/____.

ANEXO III

Declaração não Emprego de Menor

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:

para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

ANEXO IV

Declaração de Antinepotismo

Eu, _____ representante legal da empresa _____, DECLARO:

Que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

ANEXO V

Termo de Confidencialidade e Sigilo

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, sediado na Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, sediada na Rua/Avenida _____, N.º _____, BAIRRO _____ - _____/_____, CNPJ n.º _____, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º ____/_____, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei n.º 12.527/2011](#) e o [Decreto n.º 7.724/2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei n.º 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, o qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador de íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

1. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
2. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
3. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em qualquer hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE,

bem como evitar e prevenir a relação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como manter a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
3. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
4. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/21.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

1. O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO;
3. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
4. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
5. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterização ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;
8. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiais, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes eletronicamente.

De acordo.



Documento assinado eletronicamente por **ELANO LOUREIRO SANTOS, Subsecretário(a)**, em 07/04/2026, às 13:11, conforme art. 1º, III, *b*, da Lei Federal 11.419, de 19 dezembro de 2006. Portaria TJRR/PR n. 1650, de 30 de junho de 2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2731767** e o código CRC **912FC9E1**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - SUBSECRETARIA DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CREDENCIAMENTOS. Palácio da Justiça. Praça do Centro Cívico, n.º 296 - Bairro Centro - CEP 69301-380 - Boa Vista - RR. Telefone: , email: - <http://www.tjrr.jus.br>.